

ENSINO E FORMAÇÃO EM MEDICINA DENTÁRIA POR RUBEN FELIZARDO



Ruben Felizardo, Presidente da Associação Nacional de Estudantes de Medicina Dentária

1. Quais os principais impactos da pandemia sentidos no setor do ensino e formação em medicina dentária?

A medicina dentária, na Europa, sofreu vários desafios que afetaram, de forma transversal, todos os setores, nomeadamente o ensino teórico, pré-clínico e clínico e a investigação. A pandemia da COVID-19 teve um impacto imediato na educação médico-dentária, obrigando as Instituições de Ensino Superior a fecharem portas e a transferirem toda a atividade letiva para o ambiente virtual, em conformidade com as medidas de restrição impostas pelos respetivos governos nacionais. Durante os primeiros meses, todas as aulas práticas foram suspensas e convertidas em momentos de formação online, no formato de aulas, seminários, conferências e discussões, que tentaram manter a aprendizagem de conhecimentos clínicos. No entanto, os estudantes ficaram privados de uma parte essencial da sua educação – a prática clínica de prestação de cuidados de saúde oral –, o que se traduziu numa redução substancial do número de horas de contacto presencial e de atos realizados. Além disso, enfrentam também um risco acentuado de desenvolver problemas de saúde mental, precipitado pelo confinamento e isolamento social e por preocupações com a retoma da atividade letiva, condicionada pelas restrições impostas, o desempenho académico nesse contexto e a situação financeira do próprio agregado familiar. Este último aspeto conheceu particular relevância no que diz respeito à falta de acesso à internet e à rede móvel, às limitações ao nível da posse dos meios exigidos para acompanhar a metodologia de ensino à distância, designadamente a frequência das aulas e a devida realização dos momentos de avaliação, e às dificuldades acrescidas para comportar os encargos inerentes à fre-

quência do ensino superior, considerando questões como as prestações da propina em falta, rendas de alojamento ou mesmo a alimentação.

2. Independentemente do impacto da COVID-19, qual o balanço que faz do tratado de Bolonha?

A Declaração de Bolonha, assinada em junho de 1999, definiu as metas que a reforma do Ensino Superior devia alcançar até ao fim da primeira década do novo milénio. Até àquela data, os distintos sistemas educativos europeus e as respetivas realidades assimétricas, à falta de um método para comparar os seus resultados, não permitiam reconhecer as qualificações obtidas em diferentes países e colocavam entraves à efetiva livre circulação de pessoas no espaço europeu. A implementação desse mesmo processo na Medicina Dentária em Portugal decorreu nos anos de 2006 a 2008, com alterações curriculares profundas ao nível do plano de estudos: encurtou o curso de 6 para 5 anos, criando uma limitação da prática clínica, alterou o grau de licenciado para mestre e introduziu a obrigatoriedade de concluir uma tese de mestrado integrado.

Volvidos quase 15 anos, ainda não foi possível implementar Bolonha na sua principal matriz, que corresponde à criação de um espaço de mobilidade e competitividade europeu, sendo que, em Portugal, ainda existem entraves ao cumprimento desse desígnio no seio da medicina dentária. As instituições apresentam planos de estudos e unidades curriculares que, apesar de convergirem ao nível dos objetivos e das competências previstas nas diretivas da ADEE (Association for Dental Education in Europe), são diferentes sob o ponto de vista dos anos curriculares e das denominações. A resolução deste problema passa por respeitar a autonomia científico-pedagógica de cada escola e abordar este assunto de forma transversal, rejeitando a “ditadura da vírgula”, manifestada por uma postura rígida de avaliação minuciosa e exaustiva de cada unidade curricular, e adotando uma visão mais geral, de forma a assegurar que o estudante, efetivamente, adquiriu os conhecimentos e competências previstos. Apesar de tudo, e contrastando com o problema das equivalências impedirem uma verdadeira e simplificada mobilidade, o programa Erasmus+ revelou-se um verdadeiro sucesso. À escala da medicina dentária, o ensino em inglês e a avaliação fundamentalmente clínica permitem ultrapassar todas as barreiras, concretizar esse propósito comunitário basilar e acreditar que é possível, num futuro próximo, mudar o paradigma em Portugal.

O Decreto-Lei n.º 65/2018, que altera o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, vem estabelecer que o mestrado integrado em medicina dentária pode ter a duração máxima de 12 semestres curriculares, correspondentes a 360 créditos, o que significa, em teoria, o 6.º ano. Este diploma legal veio dar um novo fôlego ao debate sobre a inclusão de mais um ano ao mestrado integrado, para o qual a ANEMD já prestou o seu contributo, ao publicar a proposta de reforma do plano curricular onde está enquadrada, não só a uniformização ao nível das unidades curriculares, como também a hipótese de inclusão de mais um ano.

3. Dado o contexto europeu, a sua opinião sobre o nível de preparação dos alunos que terminam atualmente a formação académica em medicina dentária?

Apesar das medidas implementadas no âmbito do Processo de Bolonha, a formação médico-dentária na Europa manteve uma heterogeneidade substancial ao nível dos procedimentos clínicos efetuados em pacientes, oscilando entre realidades ainda bastante distintas. Vislumbra-se, portanto, o imperativo de fazer cumprir a Diretiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, alterada pela Diretiva 2013/55/EU, que estabelece o sistema de reconhecimento das qualificações profissionais, para que os currícula e a prática clínica sejam harmonizados e os estudantes tenham acesso a uma formação clínica básica. Sobre essa matéria, a EDSA (European Dental Students' Association), em 2016, levou a cabo um estudo sobre a prática clínica em 34 países europeus, tendo obtido resultados surpreendentes e preocupantes: cerca de 10% dos estudantes não cumpriu qualquer tratamento em pacientes (foram apenas observadores), 33% não realizou procedimentos básicos, como prescrição de medicação, e 75% não efetuou mais de 5 procedimentos durante a frequência do curso. O ensino em Portugal manifestamente não acompanha esses dados, graças também aos mecanismos legais criados para assegurar a qualidade da formação. Em 2016, os sete cursos passaram pelo crivo da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), que demonstrou o cumprimento de todos os critérios ao nível da observância do plano de estudos, da qualidade dos recursos docentes e materiais disponíveis e da investigação produzida, por via de uma estrita avaliação concluída por especialistas. Por essas razões, estou seguro de que o ensino médico-dentário português gera profissionais preparados para prestar à população cuidados de saúde oral com qualidade e baseados na evidência científica mais atual. Não devemos, contudo, desviar a atenção aos problemas que existem e que devem ser devidamente identificados, abordados e resolvidos.

4. Comente os dados da empregabilidade dos recém-licenciados nos últimos anos.

Ao longo dos últimos 10 anos, o paradigma da medicina dentária mudou em termos de prosperidade, de segurança e de precariedade. A colocação no mercado de trabalho em Portugal consegue-se de forma relativamente rápida, mas muito precária, em vários consultórios, com várias deslocções e a atender poucos pacientes. Neste momento, o excesso de profissionais e a diminuição da população residente em Portugal, que reduzem o rácio de número de habitantes por médico-dentista com inscrição ativa, e a presença predadora de grupos económicos no setor, fazem deteriorar as condições de empregabilidade. O mercado está a ser dominado por redes de franchising, que olham para os pacientes como clientes, ao apresentar ofertas promocionais e até gratuitas de tratamentos dentários, e atribuem baixas remunerações aos jovens médicos-dentistas, perpetrando uma exploração simultânea do profissional e do paciente. Por outro lado, está comprovado que o elevado número de médicos dentistas não garante melhores cuidados de saúde oral à população, tal como indicam os dados do Barómetro

REPORTAGEM

da Saúde Oral, publicados pela Ordem dos Médicos Dentistas. Muitos jovens emigraram, não existindo dados fiáveis e disponíveis acerca dessa realidade, por razões de saturação de um mercado de trabalho limitado, o que acarreta situações de desemprego, subemprego e exploração.

A solução não é fácil. Devemos rejeitar divisionismos entre escolas públicas e privadas e encorajar a relação de confiança entre pares, para estabelecer o interesse comum da medicina dentária, numa base de confiança, concertação e consenso, alimentada pelos representantes dos médicos-dentistas e dos estudantes, com o objetivo primordial da excelência do ensino e da profissão. Esses predicados são consubstanciados pelo Fórum Ensino e Profissão Médico-Dentário, cuja constituição foi formalizada pela assinatura de um protocolo de colaboração entre a ANEMD e a OMD, e que reunirá as sete escolas, entidades relevantes da medicina dentária e personalidades de reconhecido mérito.

5. Qual a mensagem que pretende deixar ao nosso leitor em particular aos recém-licenciados?

A medicina dentária dispõe da particularidade do recém-diplomado começar a exercer a profissão de forma completamente autónoma, numa fase muito jovem da sua vida, respondendo perante o paciente, com total responsabilidade pelo diagnóstico e tratamentos que administra. Por essa razão, e em primeiro lugar, estou convicto de que não deverão enveredar numa área de especialidade sem antes consolidar a formação de base, que permite apreender uma visão global da medicina dentária e do paciente, investindo em cursos complementares, devidamente acreditados pela Ordem, para preencher as lacunas da prática generalista. Em segun-

do lugar, as questões relacionadas com gestão, fiscalidade, emprego, segurança social, seguros e quotas não encontram resposta no plano de estudos nem na prática clínica dos últimos anos do curso. Os jovens médicos-dentistas enfrentam, hoje, uma realidade difícil, para a qual o percurso académico não soube preparar devidamente. Para tal, a orientação do Conselho dos Jovens Médicos Dentistas, órgão consultivo da Ordem, afigura-se essencial no sentido de fornecer apoios e informações úteis à devida inserção no mercado de trabalho e ao início da vida ativa, tanto em Portugal como no estrangeiro. Em terceiro lugar, vale a pena salientar a importância da formação contínua ao longo da vida, que constitui uma via de investimento profissional para a constante aquisição de conhecimentos e que incrementa a capacidade de trabalho e as competências técnicas, de forma a melhor responder às exigências do mercado de trabalho. O tempo de semivida do conhecimento técnico e científico diminuiu drasticamente nos últimos anos, sendo fundamental manter o acesso à evidência mais atual para permitir a prestação de cuidados de saúde oral com a maior qualidade possível. Por último, deixo uma mensagem de ânimo, alento e esperança num futuro melhor, que é possível, apesar do caminho espinhoso que terá de ser percorrido, se mantida a confiança nos decisores políticos da medicina dentária, dentro dos quais incluo indiscutivelmente a ANEMD, que, nos últimos tempos, têm demonstrado vontade de resolver os principais problemas do ensino e da profissão.

6. Qual o seu feedback deste evento, dado os moldes disruptivos em que decorreu?

Faço um balanço muito positivo, por várias ordens de razão. A primeira, pelo convite estendido à ANEMD para

participar no painel “Ensino e formação na medicina dentária”, que constitui um testemunho público de reconhecimento da importância de ouvir os estudantes, num tema que nos diz respeito. Na ANEMD vigora um princípio de não discutir nada sobre nós sem a nossa presença, daí a relevância de integrarmos um painel que está alinhado com o nosso âmbito de atuação e que nos dá palco para manifestar as nossas bandeiras e as vontades dos estudantes. Esta conferência permitiu escrutinar o processo de Bolonha, a reforma do plano curricular e a adição do 6.º ano ao plano de estudos mestrado integrado, a adequação das capacidades formativas e o planeamento em recursos humanos das escolas médico-dentárias, as políticas de empregabilidade e a criação do Conselho das Escolas Médico-Dentárias, servindo de mote ao lançamento do Fórum Ensino e Profissão Médico-Dentário. Depois, congratulo o esforço empreendido pela comissão organizadora, na pessoa da Doutora Célia Coutinho Alves, que reergueu um congresso previamente cancelado e deu vida à 29.ª edição. Este evento, exclusivamente online e em língua portuguesa, permitiu aproximar os médicos-dentistas emigrados e aqueles oriundos de países de língua oficial portuguesa. Por último, destaco a possibilidade de rever as conferências até ao dia 31 de janeiro e, por isso, de assimilar todos os momentos de formação contínua e valorização profissional, marcados por um elevado grau de excelência. Torno público o agradecimento da ANEMD à OMD, na pessoa do seu Bastonário, o Dr. Miguel Pavão, e faço votos de que o nosso contributo tenha subsidiado a informação e esclarecimento dos médicos-dentistas e dos estudantes de medicina dentária.

Expodentária 2020



A Expodentária 2020 foi um verdadeiro teste à resiliência das empresas perante a COVID-19.

O contexto pandémico atual forçou a Expodentária deste ano a decorrer em simultâneo com o Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas num formato inovador, virtual e completamente disruptivo.

O evento decorreu em formato de showroom virtual com stands virtuais onde os expositores apresentaram as suas novidades e ofereceram aos visitantes um contacto direto e interativo com profissionais da área.

Apesar da duração de dois dias, a experiência imersiva de visita à feira virtual e a partilha dos conteúdos científicos do congresso terão, este ano, uma duração de dois meses, com todas as funcionalidades ativas até 31 de janeiro de 2021. Até esta data, os conteúdos

de texto e vídeo dos stands podem ser atualizados ou substituídos, uma única vez, em data pré-definida pela Comissão Organizadora. Para Pedro Vilela, Regional Manager Portugal da VOCO GmbH, “a Expodentária virtual pareceu-nos desde o início uma excelente solução para minimizar os danos causados pela não realização do Congresso no formato normal. Temos de dar os parabéns a toda a Comissão Organizadora pelo excelente trabalho realizado em tempo record. Conseguimos alcançar um grau de divulgação da marca extraordinário, e por conseguintes resultados bastante positivos”.

“A VOCO GmbH assume (uma vez mais) a parceria habitual e duradoura com a OMD, no seguimento deste ímpeto não poderíamos atuar de maneira diferente, aliás, é nestes momentos mais complicados que nos devemos apoiar e ajudar mutuamente.

Já para Bruno Mesquita, Diretor Comercial da Exactus, esta foi sem dúvidas uma Expodentária diferente, com todos os desafios que uma mudança de paradigma normalmente apresenta, para todo os envolvidos na sua organização, desde os expositores à própria Ordem dos Médicos Dentistas, e acredita que é importante neste ano desafiante demonstrar o suporte à Ordem e aos seus novos órgãos diretivos.

“Este formato era, do nosso ponto de vista, a única alternativa de resposta às atuais contingências. Mas mais uma vez este é um paradigma novo e como tal apresentou muitos desafios. O principal tinha a ver com o nível de interação que os visitantes teriam com os expositores”.

“Nesse aspeto, ficou demonstrado pelas poucas interações verificadas que ainda não estamos preparados para o salto tecnológico nas “tele-ferramentas” que a pandemia nos obrigou a dar. Todos tivemos de andar vários anos para a frente em poucos meses, o que não é fácil. Mas este será o futuro e foi importante para nós estar na linha da frente. Ainda assim, sentimos claramente a falta da Expodentária convencional e do contato direto com os nossos clientes”, conclui. ■